

1. Os alunos finalistas do curso de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa reuniram-se com alguns professores num jantar realizado no passado dia 7 de Junho. A conclusão da licenciatura e a comida grega foram pretextos para a continuação de um amigável convívio. Há quem diga que é uma tradição a manter...

2. O dia 22 foi o escolhido para "Dia da Arqueologia" da Semana Cultural que a Delegação Regional de Coimbra do F.A.O.J. levou a efeito, no edifício Chiado, de 19 a 25 de Junho. Salientemos a realização da visita guiada à exposição permanente do campo arqueológico da Lomba do Canho e o colóquio, dirigido pelo Prof. Doutor Castro Nunes, sobre o tema "Arqueologia de curso médio de Mendego e do Vale do Alva."

A população de Coimbra teve oportunidade de ver parte do riquíssimo espólio arqueológico da Lomba do Canho, espólio exposto pela primeira vez. É uma iniciativa que aplaudimos e apontamos como um exemplo de verdadeira "popularização" da cultura. Quem lá esteve viu a "gente da rua" entrar, olhar, perguntar... E esse era o objectivo.

3. O Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa visitou, no dia 15 de Julho, a estação arqueológica da Lomba do Canho. Campo de trabalho do Departamento, nele tem o Prof. Doutor Castro Nunes realizado importantes descobertas. Os dois pontos de interesse - a necrópole neolítica e o castro lusitano convertido em acampamento militar de carácter permanente - foram visitados por todos aqueles que se deslocaram a terras de Arganil.

A Lomba do Canho deve constituir, pela sua importância arqueológica, um local de visita e de estudo. Fora do "circuito oficial" da arqueologia portuguesa, a estação tem, além do enorme interesse científico, a virtude de permitir ver fazer arqueologia e viver a história.

4. A visita à Lomba do Canho constituiu ainda um agradável dia de convívio entre os membros do Departamento. É da mais elementar justiça salientar o extraordinário acolhimento encontrado em Arganil. Na pessoa do Presidente da Câmara, Sr. Carlos Ribeiro, saudamos a edilidade e o povo do município. A Câmara de Arganil constitui um exemplo de como uma autarquia responsável e consciente pode dar atenção aos problemas culturais. Um exemplo que a raridade ainda salienta mais...

As horas de agradável convívio CLASSICA junta e seu agradecimento e a sua enorme admiração.

5. Fala-se na organização de novas excursões, abertas a interessados não pertencentes ao Departamento. Para quando? Será desta vez a visita a Mérida...

6. Pressegue a promoção profissional dos docentes dos Departamentos de Estudos Clássicos das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa. O Professor Doutor José Geraldes Freire apresentou-se a concurso para Professor Extraordinário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; as provas de doutoramento do Professor Doutor Joaquim Lourenço de Carvalho, da Faculdade de Letras de Lisboa, tiveram lugar nos dias 13 e 14 de Abril passado. CLASSICA felicita os dois ilustres classicistas pelos resultados alcançados.

7. O Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa está a organizar o IIIº Colóquio sobre línguas e culturas pré-romanas da Península Ibérica. Esteja atento, pois este colóquio será um dos acontecimentos culturais de 1979.

8. Será verdade que o Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa vai, finalmente, iniciar o seu programa de actividades de extensão cultural?

9. O número 5 de Classica será suficiente para publicar toda a colaboração prometida?

BIBLIOGRAFIA

Nesta secção - possível graças à colaboração de Editoras amigas -, será feita referência às obras de que nos forem enviados dois exemplares. As opiniões expressas vinculam apenas os seus autores e não representam a opinião do colectivo de CLASSICA.

APULEIO, O Burro de Ouro, trad. de Francisco António de Campos, com uma introdução do Prof. Eudoro de Sousa; Lisboa, col. Clássicos de Bolso, nº6, 1970, 236 pp.

De entre as numerosas traduções e edições recentes, publicadas em várias línguas europeias das "Metamorfoses" ou do "Burro de Ouro" de Apuleio, a presente tradução portuguesa, agora reeditada na colecção Clássicos de Bolso da Editorial Estampa, não é de somenos importância. A obra de Apuleio continua a ter numerosos leitores, quer pela raridade do tema, quer pelo estilo de romance em que está escrita. Na introdução feita pelo Professor Eudoro de Sousa, aduzem-se várias razões neste sentido, mostrando-se como, quer no domínio de uma poética, quer no domínio de uma filosofia de símbolos e de gnose, se exige renovação da atenção ao mito ou aos mitos e às imagens arquetípicas contidas no texto de Apuleio. A actualidade de tais análises psico-simbólicas e poético-gnósticas é frequente na exegese dos mitos gregos torna-se, portanto, a principal determinante do interesse por esta obra no contexto das traduções de autores clássicos em português. A tradução de Francisco António de Campos é de 1847 e foi apenas actualizada quanto à ortografia, à pontuação e ligeiramente alterada nalguns passos. A introdução de vinte páginas, escrita por Eudoro de Sousa e dedicada a José da Almada Negreiros, prepara o leitor para a hermenêutica do texto desde uma interpretação geral da mitologia greco-latina e do mito de Eros e Psíqué até aos níveis sucessivamente alegórico, simbólico e arquetípico que conduzem a plena compreensão intuitiva e participante do próprio mito.

Eudoro de Sousa critica a posição mecanicista que contrapõe a cultura Oriental e Ocidental, não entendendo a perenidade e a irredutível riqueza do mito e das formulações da antiguidade. Remetendo da literatura à filosofia e desta à teogonia primitiva, Eudoro de Sousa situa o lugar do Aeneas Aeneas de Apuleio como indicativo dos primordiais valores da miturgia pitagórico-platónica e de referência às religiosidades místicas arcaicas. Esta versão de Apuleio do livro a que chamam "Lúcio", "Metamorfoses" ou "Asno de Ouro" altera o carácter satírico da fábula de Luciano, autor prévio de um texto grego com o mesmo nome. É em termos de simbolismo e de análise fenomenológica profunda que Eudoro de Sousa caracteriza o sentido coesivo que unifica as três partes fundamentais do "Burro de Ouro": As aventuras de Lúcio (livros I a IV e VII a IX, inclusivé); o mito de Psíqué (parte do livro IV, livro V e parte do VI) e a iniciação nos

mistérios de Isis (livro XI).

Outro ponto bastante importante desta introdução é o da exegese alegórica referida a vários autores portugueses e estrangeiros entre os quais se cita a interpretação platónica do mito de Psiquê proposta pelo erudito tradutor português (pp.18-21).

Desenvolvendo uma breve reflexão sobre os limites da interpretação alegórica, Eudoro de Sousa conduz a privilegiar uma exegese simbólica em que a imagem não serve o conceito, nem o exprime, mas é este que sempre depois da imagem o recolhe: "se a interpretação alegórica reduzia o passado do mito à actualização do filosofema, a exegese simbólica, pelo contrário, refere o presente da filosofia ao passado da mitologia" (p.25).

O mito central do "Asno de Ouro", de Eros e Psiquê, aparece diversamente reflectido como imagem-arquétipo noutros mitos gregos, de Cronos a Orfeu e à religiosidade eleusiana. Bastante importante é, então, a referência feita ao carácter iniciático que conduz da morte à realização suprema, à visão gnóstica ou a uma gnose contemplativa perfeita. Nesta acepção é ainda relevante que Eudoro de Sousa tenha considerado a contradição de uma mera interpretação alegórica do mito de Psiquê, tendo em conta os elementos cosmo-psicológicos e gnoseológicos, presentes em comum no mito. O mito de Eros e Psiquê tem uma importância central na obra de Apuleio e representa, assim, não tanto a busca de uma realização plena de si próprio, através do amor de Eros e Psiquê, mas também o litígio entre o Bem puramente inteligível e a sua degradação sensível, portanto, nesta última tensão "um momento de ascense e não um momento de queda na existência de Psiquê" (cf. p. 30).

Com estas considerações de ordem geral e com uma palavra de elogio ao modo como está cuidada a apresentação do texto da tradução de Apuleio, deve-se concluir pelo interesse desta obra e do seu importante lugar para a compreensão dos paradigmas míticos do pensamento antigo. Aí fica este texto da tradução do Asinus Aureus à curiosidade e a uma iniciação simbólica dos leitores que saibam recuperar a profundidade sui generis da obra de Apuleio, desde o seu carácter satírico e de "elogio da loucura", até à seriedade das descrições iniciáticas do culto de Isis, passando pelos valores romanescos de psiquismo e sensualidade alegórico-simbólicas do mitema Eros - Psiquê.

Carlos Henrique do Carmo Silva

JOSÉ GERALDES FREIRE, Sinopses da Literatura Grega e da Literatura Latina, Ext. de Nova Enciclopédia Verbo Juvenil, vol.IV, pp.44-53; vol.V, pp.44-53, Lisboa, Ed. Verbo, 1977

Não é fácil condensar em 10 escassas páginas repartidas por texto e ilustrações toda a história da Literatura Grega ou da Lit. Latina. Sobretudo quando se têm de guardar certas características didácticas como a utilização de um esquema conhecido para não comprometer imediatamente a compreensão de um público não iniciado ou pouco informado a que a sinopse se destina. O risco de fazer composição em mosaico é real quando se opta pela distribuição de autores sobre uma linha de tempo, sem construir um fio unitário condutor. Perde-se pelo menos na caracterização de formas literárias e na apreensão do seu significado e representatividade. Para uma sinopse, e para um público juvenil, julgaríamos conveniente, porque esclarecedor e aliciante, aproximar por semelhança e diferença, géneros actuais com os antigos (história, memórias de guerra - Commentarium, lírica, narrativa) ou insistir sobre a evolução dessas formas literárias. Quadros sinópticos e gráficos cronológicos poderiam ter aliviado o texto sem diminuir a informação quanto a nomes de autores e suas obras. Teria sido útil igualmente, e de modo algum se esperaria, a caracterização global de cada uma das literaturas e a relação do seu desenvolvimento com a evolução social e política de cada povo. Para não falar já na relevância de um parágrafo sobre a influência das literaturas clássicas nas literaturas modernas, tema que é apenas afluído.

Não há dúvida que critérios rígidos do editor pesaram em demasia sobre as exigências da exposição (repare-se na identidade de paginação de ambos os volumes), tendo inclusive sacrificado uma parte do texto, particularmente no respeitante à literatura grega. Teria sido preferível, quanto a este ponto, reduzir alguns outros parágrafos, já que os mesmos estão compensados no volume (caso da filosofia). Teremos todavia que nos felicitar todos por não se terem esquecido, na programação da Verbo Juvenil, as expressões literárias da Grécia e de Roma, e por a sua redacção ter sido confiada à competência e ao rigor de um clausicista como o escolhido. Seja-nos permitido lembrar que para as ilustrações do texto se teria podido recorrer a representações temáticas oferecidas pela arte antiga (cerâmica, mosaico, fresco), em substituição dos bustos dos escritores, que pouco ou nada dizem ou sugerem dentro da monotonia que introduzem; a redução em tamanho poderia igualmente ser compensada com maior variedade de imagem. Entre parêntese, chamamos a atenção para o lapso da pág.64 do vol.IV: a imagem aí reproduzida é a do estádio de Delfos e não o de Olímpia, como facilmente se

reconhece. Tipograficamente, sugerimos que, numa futura edição, se explorem mais as variedades de caracteres para salientar unidades de texto, como seja a entrada do nome de um escritor; clarificar-se-á a exposição e facilitar-se-á a leitura.

Aires Augusto Nascimento

JOSE GERALDES FREIRE, I. Guia de História da Língua Latina; II. A cultura clássica e a linguagem cristã em Santo Agostinho, Coimbra, 1978, 136 pp.

A apreciação deste Guia, constituído pelo relatório exigido para concurso de Professor Extraordinário do grupo de Filologia Clássica na Fac. de Letras de Coimbra, suporia necessariamente e obviamente a situação do mesmo dentro do contexto para que foi concebido. Não cremos todavia que isso se conduna com a apresentação que uma nota bibliográfica admite. Registaremos como dados mais imediatamente evidentes o levantamento de uma bibliografia extensa e tendencialmente actualizada e tem assim a utilização de um esquema de exposição nitidamente cronológico e tripartido, com arrumação de matéria por sectores, teórico, prático e bibliográfico. Dados que revelam intenções científicas e pedagógicas, que importa salientar, sem dúvida. Porém, se a procura de clareza esteve na base da escolha deste esquema consagrado pela prática escolar, a verdade é que sob uma perspectiva de coordenação da problemática não se vê qualquer vantagem em estabelecer divisórias onde há continuidade de conteúdo e de referências. Por outro lado, o relevo dado ao sector bibliográfico não nos parece plenamente justificável. A exaustão não é certamente o fim visado onde apenas se requeria pertinência e coordenação com o tema em análise. Esperaríamos por isso que a par de uma justa medida de erudição acumulada (ex que, de resto, as entradas ou omissões não podem ser apreciadas e contadas por unidades) se fizesse sobressair a originalidade ou a complementaridade das espéculas registadas para o estudo e a problematização das questões subjacentes ao estado da língua latina. Aqui e além poderemos mesmo perguntar-nos se a sobrecarga trazida não envolverá o risco de projectar o aluno para uma floresta de autoridades, reduzindo-lhe consideravelmente o trabalho de análise directa do sistema linguístico no seu funcionamento ao longo do tempo. Ainda que no trabalho docente a intervenção do professor possa obstar a tal inconveniente, teríamos ganho enormemente com a explicitação já aqui das recomendações enunciadas nos preliminares metodológicos. Ganho seria também a expurgação (ainda que não eliminatória) de questões extra-linguísticas - que têm o seu lugar em disciplinas paralelas - para nos

situarmos no plano interno do sistema e das relações de comunicação linguística. Problemas de história política, social, cultural ou literária, poderiam ser substituídos com vantagem por problemas relacionados com a transmissão e uso da língua: utilização do código escrito, divulgação do livro, intervenção da escola ou de grupos específicos na inflexão do sistema. Além disso, tanto numa perspectiva metodológica de consolidação de aprendizado anterior (no estudo da língua), como numa opção de análise mais aprofundada, importaria que o estudo diacrónico inter-pelasse mais o sistema que o fenómeno individual, mais este integrado naquele que as causas externas e condicionantes da mudança. Notamos, aliás, um certo assiatismo no abordar e perspectivar de questões: a fonética toma mais relevo que os restantes níveis gramaticais (a sintaxe é quase esquecida) e o léxico é encarado em termos de acumulação e não no plano de reajustamento do sistema. No domínio lexical, faltou também uma informação bibliográfica, paralela à de outros sectores, e tanto mais de desejar quanto o Dicionário constitui para o aluno usual o maior repositório sistemático da língua e uma base operatória e qualificada para uma análise diacrónica, desde que utilizada com sentido crítico.

Porém, um guia não é um compêndio. O mais importante será que o próprio aluno consiga a partir dos dados ministrados formular o seu próprio esquema e atingir uma perspectivação global da língua latina. Esperaríamos algumas outras sugestões, mas o facto é que não podemos esquecer o convívio directo estabelecido pela docência, onde elas podem brotar espontâneas e facilmente.

Aires Augusto Nascimento

GEORGES THOMSON, Os Primeiros Filósofos, (vol.I: Estudos sobre a sociedade grega antiga; vol.II: As novas repúblicas e a razão pura); trad. de "The First Philosophers", por M.C. Azevedo e Silva, Lisboa, ed. Estampa, 1974, 218 pp. - 240 pp.

Inserida numa panorâmica geral de explicação da civilização grega pré-histórica e tendo em conta os antecedentes metodológicos e históricos das teses de um comunismo primitivo, esta obra tem como objectivo "examinar as ideias que inspiram a obra dos filósofos da natureza cujos trabalhos servem de transição entre o pensamento primitivo e o conhecimento científico" (cf.p.11). Para o estudo destes primeiros filósofos, o autor faz apelo à caracterização das infra-estruturas económicas da sociedade grega tendo sempre em vista as correlações com as produções ideológicas da época. Acentuam-se, na continuidade de estudos já realizados

por Gustave Glotz, por Jean-Pierre Vernant e outros, como aspectos determinantes os da produção mercantil e o da circulação do dinheiro no nascimento da filosofia grega.

A caracterização da sociedade grega é integrada num nexo explicativo desde o seu estado tribal até à sua forma desenvolvida segundo o modelo da pólis a que o autor chama a democracia escravagista. Entre estes dois extremos demarcam-se e várias fases do desenvolvimento do escravagismo grego, paralelo até, e consentâneo com evoluções da sociedade escravagista no Médio e Extremo Oriente. Numa fase preparatória e antecedente ao período homérico e arcaico da sociedade grega, o autor considera compreendido entre os séculos XXX e XVI antes da nossa era as sociedades egípcia, mesopotâmica, hindú, chinesa, etc., num período a que, aliás, Karl Jaspers, numa consideração ideológica muito diferente mas historicamente consentânea, chama o período dos grandes impérios e grandes civilizações (cf. I parte: O mundo tribal, sobretudo pp. 55 e segs.).

O segundo período, compreendido entre os séculos XVI e VII a.C., é estudado nos antecedentes da cultura grega e também em comparação com a sociedade chinesa e o Próximo Oriente (cf. II parte: O despotismo oriental, I, II, pp.77 e segs e pp.93 e segs.).

Num terceiro período, séculos VII e IV a.C., o Autor faz a análise da sociedade grega no período de maior desenvolvimento concedendo especial atenção ao progresso rápido das forças produtivas no desenvolvimento do comércio e na introdução e circulação de moeda. Esta última fase de análise apoia-se sobretudo nas teses de Engels sobre a "Origem da família, da propriedade e do Estado" (cf. 3ª e 4ª partes, sobretudo pp. 197 e segs. do I vol. e pp. 99 e segs. do II vol.).

Na primeira parte do I volume trata-se da relação da linguagem e pensamento no âmbito do mundo tribal remetendo-se para uma fundação bibliográfica que vai desde "A Ideologia Alemã" de Marx e Engels até aos estudos dos psicólogos gues-taltistas como Köhler, passando pelos estudos de biólogos, antropólogos, linguistas e ideólogos de orientação materialista. A tese fundamental é a de que o animal precede o homem, a mão e o trabalho precedem uma consciência, os reflexos de terminam a própria inteligência, a linguagem revela as situações concretas da práxis. Estas teses fundamentais de carácter metodológico formuladas na interpretação materialista e histórica da constituição e desenvolvimento das sociedades humanas vão ser aplicadas de modo sistemático às várias partes desta obra. O esquema global resultante desta aplicação pode resumir-se no nexo que permite entender-se a passagem do mito à razão, das determinantes mágicas às determinantes científicas. O apoio objectivo para tais desenvolvimentos temáticos é, em grande parte, o de dados fornecidos por bibliografia existente, já bastante elaborada,

entendo-se, por conseguinte, mais como obra de síntese do que de investigação sobre fontes. Para as origens da filosofia grega o Autor serve-se sobretudo das obras de Cornford como "From Religion to Philosophy" e "Principium Sapientiae" sendo assim que os capítulos sobre a teogonia grega e sobre a Escola de Mileto que concluem o I volume são quase um comentário muito próximo daquelas obras.

No II volume e após os estudos iniciais sobre a base económica, a estrutura social e ideológica da revolução democrática nas novas repúblicas (vol. II, pp. 9 a 98), em que o Autor reproduz teses já conhecidas de Marx e Engels e de outros historiadores e ideólogos marxistas sobre o período da Grécia Antiga, deve-se salientar a 5ª parte dedicada à "Razão pura" e em que se passam em revisão os principais movimentos do pensamento pré-socrático. O estudo dos Pitagóricos antes - dado já (a pp. 86 - II vol.) por uma referência do Orfismo, integrado como movimento de uma religiosidade agrária típica de explorados que "por desespero do mundo real, alimentam a esperança de reencontrar a herança perdida num além ilusório" (vol. II, p. 86), corresponde, segundo o Autor, a uma síntese político-religiosa típica de uma nova classe social: "de ricos industriais e comerciantes". Contraposta à tradição aristocrática jónica de carácter comercial e às religiosidades agrárias como o Orfismo da classe dos camponeses, o Autor situa o Pitagorismo como uma síntese entre ambas e interpreta algumas das formulações da religiosidade iniciática e das crenças quanto à alma e quanto aos números como o primeiro esboço de uma tábua de contrários diversamente quantificantes do universo e resolúveis pela noção de média (cf. pp. 117 e segs.).

Por exemplo, Heraclito de Éfeso é pensado como produto do encontro entre o Pitagorismo e o racionalismo jónio, vendo-se nele a síntese das preocupações cosmológicas milesianas com as preocupações religiosas dos Pitagóricos. Aparece como um individualista e a sua doutrina é entendida pelo Autor na continuidade da retórica antiga. Porém, é a dialéctica como princípio da unidade dos contrários que é concedida maior importância de um ponto de vista da revalorização marxista actual, lembrando a propósito a obra de Kostas Axelos sobre "Heraclito e a Filosofia". A quantificação do real no número e a conciliação na dialéctica do devir opõe-se a perspectiva do Ser da Escola Eleática. Situando a propósito Parménides no contexto dos mistérios, entende-se as formulações do imobilismo eleático como primeiro sinal de uma concepção metafísica do Ser, opondo-se à concepção dialéctica do devir, desenvolvendo o que estava logicamente implicado em Heraclito como complemento da teoria da perpétua mudança, passando do materialismo ao idealismo ou de uma expressão predominantemente quantitativa à pura determinação de qualidade, ou seja, ao Uno.

O estudo do desenvolvimento da filosofia grega nos pensadores pluralistas,

nos atomistas e nos pré-socráticos aparece ao Autor como um período caracterizado pelo confronto entre posições de materialismo e de idealismo. Entre a linha gen post-parmenidiana dos sofistas a Platão e as perspectivas naturalistas desde Empédocles a Anaxágoras e desde Melisso de Samos nos Atomistas e a Epicuro, forma-se um contraponto que serve ao Autor para o capítulo de conclusão ao II volume intitulado: "A falsa consciência". A obra conclui-se com a sistemática denúncia da ilusão da época (pp.220 e segs.) em ter formulado num plano teórico e numa alienação o que, no entender do Autor, correspondia a uma situação social e histórica.

A terminar este estudo existe uma sucinta bibliografia, sobretudo de obras afectas à orientação materialista dialéctica e histórica, apenas se estranhando que na tradução portuguesa se mantenha a sua divisão em duas partes, uma consagrada a obras publicadas e traduzidas em língua francesa e outra, noutras línguas, o que parece denunciar que a tradução tenha sido feita a partir de um original francês e que tal divisão bibliográfica diga respeito a um legítimo interesse dos editores franceses.

Quanto ao aparato erudito deve-se salientar a frequente anotação concentrada em páginas exclusivas no fim de cada capítulo onde são citadas algumas fontes antigas.

Esta obra que tem um valor de oportunidade no contexto das publicações em português que se referem a uma revalorização da filosofia antiga, do ponto de vista de uma interpretação materialista tem um valor documental exemplificativo e pedagógico do ponto de vista de uma reflexão filosófica e histórica mais exigente, o estudo de Thomson enferma de uma dogmática ou sistemática interpretação mecanicista em termos de uma dialéctica marxista aplicada à filosofia grega. Afirmar como: "os Jónios e os Atomistas são materialistas, a posição de Pitágoras e de Parménides serve de transição para o idealismo(...). O primeiro a afirmar a primazia do espírito sobre a matéria é Platão, o criador do idealismo filosófico" (cf. vol.II, pp.190), são de tal forma longínquas das categorias da pensatividade grega e da sua problemática específica, que constituem uma transposição mecânica de conceitos hodiernos, transposição que desconhece, quer uma fundamentação linguística-crítica dos conceitos da filosofia grega, quer o próprio exercício da reflexão que os proponha a serem pensados. Toda a análise é exclusivamente histórica, moldada por uma lógica estereotipada, tornando assim esta obra totalmente desinteressante para o exercício de um filosofar que seja compromisso real de uma reflexão originária.

Se, de facto, importa atender às condicionantes económicas sociais e políticas da elaboração do pensamento grego, reduzir a tal determinação todo o sentido indicativo de um lógos não forçosamente ponderado como reflexo de condições materiais (mas até determinante das mesmas) poderia tornar falível toda a análise empreendida por este Autor, noutra alternativa epistemológica.

Carlos Henrique do Carmo Silva

EURÍPIDES, As Fenícias. Introdução, tradução do grego e notas por Manuel dos Santos Alves. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1975. XV + 491 pp.

Cerca duma dezena de anos correspondente em França, Inglaterra e Alemanha no âmbito comercial, ampliei depois a minha experiência de tradutor ao tomar contacto com outras línguas, nomeadamente o grego e o latim. A regência, no departamento de Clássicas da Faculdade de Letras de Lisboa, da cadeira de Teoria da Tradução, foi-me ensejo para consultas aos teorizadores, de Eugene Nida a Georges Mounin, e para análise de variadas versões de autores gregos e romanos, com incidência nas que em Portugal se editaram, do Renascimento aos nossos dias. Treino de dexterdade idiomática, o acto de traduzir mobiliza um somatório de aquisições e aptidões que poucas possuem. Daí o meu entusiasmo perante todo o esforço honesto alheio.

O departamento de Clássicas da Faculdade de Letras de Coimbra tornou-se, sob a supervisão de competentes professores, num centro responsável de tradutores. Já o afirmei noutra parte. Infelizmente o único, até hoje. Longa é já a lista de títulos. Traduções com méritos desiguais, naturalmente (ponho reservas, por exemplo, à versão do Alcôloq), mas todas prestimosas na difusão da cultura clássica entre nós. E aqui está perante meus olhos uma obra que traz a marca da forja. Trata-se de As Fenícias de Eurípides. Introdução longa e erudita (213 páginas), tradução, e substanciosas notas (148 páginas). A publicação foi "subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura através do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos" e constitui, segundo penso, a tese de licenciatura de Manuel dos Santos Alves, ao presente professor liceal e em perspectiva de ir ser Leitor no Estrangeiro. Tese nutrida, que ostende os multifários talentos do "faber" e a suma capacidade do orientador.

O que à primeira solicita a nossa admiração é o paciente e esclarecido manuseio dos melhores espécimes bibliográficos devotados ao assunto. Bastas vezes o A. sopra, uma a uma, as opiniões contraditórias, assumindo amida fundamentada posição. Erudição e discernimento parecem-me as virtudes cardiais deste estudo de de largo fôlego. Quem, por necessidade ou aprazimento, tiver de contemplar as Fenícias, aqui achará informação segura e estímulo para posteriores consultas bibliográficas.

A tradução (pp.223 a 321) considero-a fiel e vazada em português fluente. Aprazível o seu conhecimento do grego clássico. Merecia publicação separada, sem notas, para instrução do homem comum.

A Introdução, que é substanciosa, discute amplamente a data da representação da peça (25 págs.), a problemática do mito (18 págs.), a caracterização das figuras (22 págs.), o drama parapleromatikon (onde estuda, até à exaustão, as interpolações (76 págs.), a estrutura da peça e o problema da sua unidade. No concernente às interpolações, digase que é nítido, hoje, um declinar do andago atestador. Neste particular, louva-se Manuel dos Santos Alves pelo comedimento. Permito-me, não obstante, fazer breve observação relativa a opiniões de Hartmut Erbs, que conhece sobretudo do campo homérico. Desadorando embora o "magister dixit", entendo que não é cómodo nem prudencial contraditar um dos mais sagus e mais versados classicistas do nosso tempo. Nem sempre audentes fortuna iuvat.

A obra é completada com uma proveitosa bibliografia (cerca de cem espécimes), um "índice selecto de assuntos tratados nas notas", muito útil, e um índice geral. Existem no corpo do livro, a começar pelo prefácio, pequenos senões (lapsos de pontuação, transliterações incorrectas - p.ex. "oxímoro" -, particularmente de nome e próprios, que levo à conta de descuido de revisão. O que pode acontecer a qualquer de nós.

Quem foi capaz de elaborar tal trabalho, é lícito que aspire à docência universitária.

Joaquim Lourenço de Carvalho

CONDESTÁVEL D. PEDRO, Coplas del menosprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo. Edição preparada por Aida Fernanda Dias, Coimbra, Livraria Alameda, 1976, 133 págs.

Esta edição das Coplas do Condestável D. Pedro (filho do Infante D. Pedro e rei de Aragão de 1464 a 1466) reproduz diplomaticamente o inconfundível 1322 da Biblioteca Nacional de Lisboa. "Transcrição fidedigna, respeitando mesmo as deficientes grafias que nele estão consignadas", adverte-se em nota prévia. Zelo excessivo, talvez, já que o leitor nada ganha com isso, a importância do texto ou da edição primitiva não o justifica, e uma coisa e outra se poderiam facilmente ajustar a um conveniente aparato crítico, tanto mais que existem dois manuscritos (aliás, praticamente ignorados) e, nalguns casos pelo menos, há que contar com a intervenção do compositor tipográfico. Trabalho escusado também a preocupação de marcar o final da linha na edição de Antón de Urren. A reprodução em offset teria suprido com vantagem todo o dispêndio com tal cuidado, e o leitor não hesitaria a cada passo sobre a divisão das palavras, interrompidas pela barra de divisão. Critérios editoriais, sem dúvida, controversos pelo menos e sem interesse prático evidente. Critérios de transcrição também nem sempre constantes e coerentes: se i é transcrito por j quando consonântico, porque não fazer o mesmo para u/v? Aceitando a

possibilidade de confusão manuscrita u/n porque deixar manseolo em vez de mauseo-
lo? E Mediterraneo será algo mais que gralha tipográfica, ou Temiscodes mais que
interpretação incorreta do ma, onde se deveria ler Temistocles?

Vem esta edição precedida de uma introdução sobre a personalidade humana e ig-
terária do Condestável, bem como sobre a obra. Meritória a informação e verosímil
obviamente a interpretação de que esta obra é resultado de uma reflexão sobre a vi-
da à luz de uma temática conhecida e sobejamente divulgada no tempo. Estranhar-se-
á, porém, que o tema do desprezo do mundo não nos seja proposto nem no seu desen-
volvimento histórico nem plenamente situado no tempo para uma adequada referência
e derivação das Coplas. A informação é sumária ou até equívoca, e não contribui pa-
ra esclarecer e situar. Mais que lembrar Isaac de Nínive (de que aliás existe ver-
eão latina no Fundo Alcobacense da B.N.L., Alc.387, com o título de De vita soli-
taria, além do mencionado códice do F.N.T.T., em português), haveria que percorrer
a tradição medieval representada por ex. em S.Romualdo, Pedro Danião, Hermano de
Reichenau, Bernardo de Cluny, Conrado de Hirsau, ou até Petrarca (cujo Secretum
passa muitas vezes com o título Contemptus mundi), etc., para analisar a derivação
ou a originalidade deste texto. O próprio título pode demarcar uma intencionalida-
de e levantar uma ponta do fio de Ariadna. Teria sido depois mais fácil também pre-
encher e completar o inventário de fontes, intentado quando de uma citação nominal
na glosa. Não ignoramos o que isso representa de árduo nem a necessidade de esta-
belecer uma diferença fundamental entre o que constitui citação e o que é apenas
reminiscência. No entanto para interpretar a personalidade cultural de um autor
não se poderá olvidar tal elemento. Maior desenvolvimento esperaríamos da aproxima-
ção das Coplas com a Consolatio Philosophiae, até pelo que contém de sugestivo para
uma investigação acerca do conhecimento de Boécio nos meios peninsulares. Uma vez
mais se nos abre a vastidão do mundo medieval, que, a pouco e pouco, parece ir fi-
cando mais distante de nós.

Aires Augusto Nascimento

JOÃO DE BARROS, O Descobrimento da Índia. (Ásia, Década I, livro IV), prefácio
e notas de Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, co-
lecção "Clássicos do Estudante", 1977, 104 pp.

Com O Descobrimento da Índia de João de Barros, a Editora Sá da Costa publi-
ca o quinto volume da colecção "Clássicos do Estudante", um precioso auxiliar pa-
ra todos aqueles que, por necessidade ou interesse, se debruçam sobre os textos
"clássicos" da literatura portuguesa. Os "textos literários", transplantados pa-

ra nova Editora, prosseguem a sua obra positiva. Esta sétima edição de o Descobrimento da Índia (Ásia, Década I, livro IV), em formato manuseável e com muito boa impressão, satisfará, certamente, os desejos que originaram o seu lançamento.

Esta edição tem selecção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa, nome que garante, só por si, a seriedade do trabalho científico. Os textos escolhidos são extraídos da primeira edição, que saiu em 1552 da oficina de Germão Galhardo. Salientem-se as inúmeras remissões para passos de Os Lusíadas e das obras de Castanheda e de Gaspar Correia, comparações sempre úteis para o alargamento do horizonte literário, e histórico, dos leitores.

Esperemos que o público após esta indicativa dos Editores e que estes possam acelerar o ritmo de publicação, prosseguindo a sua importante obra de divulgação cultural.

Victor João Vieira Jabouille

DALILA PEREIRA DA COSTA, O Esoterismo de Fernando Pessoa, Porto, Lello & Irmão, 1971, 196 pp.

O tema do esoterismo em Fernando Pessoa tem sido indicado por vários estudiosos mas não tem recebido desenvolvimento significativo. Este estudo de Dalila P. da Costa é, por este motivo, uma primeira tentativa neste domínio. No entanto, a formação predominantemente literária que se exprime neste estudo torna desde início a obra de um recorte mal definido quanto à análise de algumas determinantes fundamentais na poética de Fernando Pessoa. De facto, a metodologia utilizada não ultrapassa uma narrativa histórico-biográfica, cuja análise predominantemente estética não excede o nível vago da sugestão e da elusão. O método seguido sofre as dificuldades deste tema, de si mesmo discutível, em relação a Fernando Pessoa. Neste sentido, o título parece infeliz porque não há um esoterismo, mas sim uma dimensão eucotérica, não há um sistema de símbolos, mas uma experiência delineada na poética real dos mesmos.

Este estudo, que está dividido em seis capítulos, começando delimitação do pensamento do poeta, numa tentativa de aproximação à atitude mental, irá tratar apenas no segundo capítulo propriamente do esoterismo (pp. 29 e segs.).

No primeiro capítulo dedicado ao "Pensamento", a Autora remete para uma imaginação intuitiva o nível de compreensão de Fernando Pessoa. A análise empreendida não denota qualquer vigor de reflexão filosófica, mas apenas uma certa alusão comentarista de aspectos selectos do pensamento poético de Pessoa. Assim, a

frequente referência ao platonismo sui generis de Pessoa é proposta através de processo narrativo que deixa impensados certos aspectos fundamentais, como o da relação entre a imaginação concreta e o carácter intelectual e intuitivo da contemplação platónica.

Fazer de Beaudelaire ou de Hölderlin, de Blake ou de Fernando Pessoa, platonicos é algo de literário que mais vale como uma abordagem culturalógica destes poetas do que como sua real compreensão. Por isso, se pode afirmar que o estatuto da linguagem da autora corresponde a um compromisso entre referências histórico-culturais e um plano ndcional e ingenuo de conceitos com que se identifica uma certa consciência filosófica.

Como pensador e poeta, intérprete de um pensamento ndcional e dos seus mitos profundos - a saudade, o messianismo, a alma atlântica... (p.18) - é proposto ainda, a título indicativo neste capítulo, relegando-se para o termo do mesmo a complexa questão da heteronímia entendida como "quatro faces do poeta". Citando alguns textos particularmente importantes das Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação, Dalila P. da Costa tem a intuição correcta de que no poeta é por experiência espiritual que lhe é dada a concepção do real, mas traduz essa intuição num modo explicativo que demite aquela experiência espiritual do seu carácter originário estabelecendo-se em discurso de medíocre simplismo como por exemplo quando afirma: "concepção que assim, foi atingida pelo poeta, não pelo exterior, mas pelo interior, por experiência capritual. Essa que lhe permitiu a penetração noutros mundos longínquos e habitualmente fechados ao nosso conhecimento. E o que esta poesia nos dará, nos mais altos momentos, é uma conquista, a presa que ele trouxe desses mundos." De facto seria de perguntar se há alguma conquista de outros mundos mas antes a experiência alternativa do Mesmo, na diferenciação criativa que permite ao poeta, por exemplo, afirmar que "não ama o Infinito, mas infinitamente," negando uma proposta cronológica, quer de um cosmos conceptual, quer de um cosmos emocional, como ritmo de experiência espiritual. Muito discutível parece também o entendimento proposto a pp. 23 e segs. sobre a relação entre os heterónimos e certa sobrevalorização de Fernando Pessoa e Álvaro de Campos, parecendo haver uma nítida falta de perspicácia do carácter metafísico subtil, patente em Alberto Caeiro, e de profunda repercussão como sinal de experiência espiritual do poeta. Enfim, quando se remete ao epicurismo e ao estoicismo certas formas de heteronímia, isso parece por demais artificial.

No segundo capítulo, com o título de "O esoterismo", a Autora continua ainda a sua divagação sobre vários aspectos da experiência do poeta encarando-a com:

referida aos símbolos, à imaginação e ao mistério, sem no entanto ter ter tido qualquer preocupação em delinear o entendimento no contexto próprio pela "apercepção dupla da realidade" presente nos símbolos. No texto, que ainda continua a ser predominantemente alusivo, aparece uma referência bastante arbitrária (entre várias que se poderiam fazer de muitas outras culturas paralelas) à hermenêutica esotérica do Sufismo. A este propósito não deixa de ser completamente desajustada a citação de Róu-mi em francês! (p.38). O que se nota é que certa pobreza de referência cultural sobre tudo de fundamentação da tradição esotérica e filosófica conduz a Autora a sobrevalorar, ou pelo menos a atender circunstancialmente a eventual leitura recém-feita e que é deixada transparecer no texto deste estudo sobre o poeta. Fernando Pessoa como poeta e, mais propriamente, como bardo é colocado de modo ambíguo entre a mitologia e a mística, tudo sendo deixado a um confuso plano do imaginário em que, de todo, não se vê capacidade de análise nem de síntese profunda da parte desta Autora. O esoterismo é apresentado essencialmente na sequência do sentimento do mistério e ligado à constituição de seitas e doutrinas específicas. Para situar Fernando Pessoa neste contexto, Dalila P. da Costa faz apelo à Teosofia, a formas do esoterismo cristão como as dos Templários e Rosa-Cruzes, utilizando ela mesma um vocabulário soit disant afecto ao hermetismo, mas esquecendo as principais determinações de ordem ocultista, mágica e de realização espiritual e cabalística que, na biografia do poeta, são mais significativas. Continua a citar obras tão secundárias e superficiais como L'ésotérisme de Luc Benoist ou mesmo L'Homme et l'Absolu selon la Kabbalah de Léo Schaya, e sintetiza uma vaga referência a esta tradição cabalística remetendo ainda ao platonismo que será, assim, o lugar comum da referência do esoterismo de Pessoa. Como a Autora falta uma formação hebraica, algumas das referências aos elementos da doutrina cabalística são inclusivamente escritas de maneira bastante incorrecta.

A última parte deste capítulo é ainda uma maior desilusão se se atender às citações meramente históricas da tradição mítica portuguesa recolhida de Mário Martins e das referências que também são feitas ao poeta como "um espírito místico, porque possuindo e essa capacidade que (...) e caracteriza, o génio de Absoluto (p.61), ou ainda aquela outra afirmação final em que se diz: "a força de Fernando Pessoa como poeta, foi conhecer o seu dom, e levá-lo até às suas derradeiras possibilidades em obediência e humildade" (p.63).

No terceiro capítulo: "A procura de Absoluto" passa-se de forma surpreendente para o estudo da consciência religiosa em F.Pessoa, a busca de Deus, da Salvação e do confronto entre a dimensão mística e a dimensão religiosa, mas é tão grande a profusão de textos recolhidos no poeta e também tão confuso o desenvolvimento como nos capítulos anteriores. Quando se remete a Eckhart, a Santa Teresa ou a Hölderlin, é sempre de modo pouco rigoroso para não dizer em segunda mão, e sem o conhecimento, e sobretudo a meditação do plano em que os vários sentidos convergem ou divergem radical-

mente. A sensação que se tem é a de que determinado passo de Fernando Pessoa bastaria para longa meditação e exigiria um tempo inconciliável com a pressa e a superficialidade da síntese aqui proposta. Em todo este capítulo continua a notar-se uma citação deficiente, quer no que diz respeito às fontes, quer no que diz respeito às obras escolhidas e à sua referência. Quando se afirma, para o fim deste capítulo, que "a paixão do Absoluto" corresponde a uma designação possível de toda a obra de Fernando Pessoa (p.98) tem-se um exemplo de que é uma afirmação gratuita como muitas outras no texto que, de facto, nada significam de válido como indutoras à compreensão de F.Pessoa.

No quarto capítulo, sobre "A Via poética" já se vê uma análise que apresenta a poesia como uma via de conhecimento, fazendo apele a uma certa forma de naturalismo e situando o poeta no contexto da poesia moderna. Quando se citam textos védicos em francês, eu se continua ao nível de uma filosofia simbólica tal como aparece nos textos esotéricos e eruditos de Mircea Eliade, isto é já bem significativo do nível literário que se torna patente neste capítulo. Mas à tese de uma certa gnose poética e até de uma certa "psicanálise" que se vislumbra a pp.115 e seguintes, sucedem-se dois capítulos que concluem esta obra, ambos sobre a aventura espiritual respectivamente do poeta e da Pátria. Em a "Aventura espiritual do Poeta" vê-se a descrição de um certo itinerário que conduz à procura de um Eu profundo, dito pela Autora como a procura da Alma, ou a demanda do Centro, falando-se também da morte e da ressurreição iniciáticas, da experiência labiríntica e de um encontro final. Há em relação a este ponto uma repetição de que, como itinerário, já tinha ficado expresse no capítulo sobre a procura de Absoluto e até especialmente apontado por algumas citações das "Moradas" de Santa Teresa. O que de novo neste capítulo se encontra é uma variação de fontes comparativas com as abundantes citações que do poeta se continua a fazer, sendo também de referir as de Mircea Eliade, de místicos persas e islâmicos ou ainda de poetas como Dante.

Nota-se até que certas citações da Autora parecem mais trair informações recolhidas com certa falta de reflexão crítica e baseadas em contextos hermenêuticos diferentes. Assim, a referência a René Guenon, nitidamente insuficiente é, no contexto, incorrecta.

No último capítulo da obra, com um infeliz título que não forma paralelismo lógico com o anterior pretende-se estudar a aventura espiritual do Poeta enquanto símbolo de uma dimensão nacional. Esta leitura de pretenso simbolismo de Fernando Pessoa que o constitui como poeta revelador de uma mitologia pátria, aliena em esoterismo histórico e milenarista e que, sem dúvida, teria de ser proposto exactamente de modo inverso. Isto é, dever-se-á compreender nos símbolos e nos sinais históricos uma via inicial de acesso à realização interior de tudo em tudo, da consciência cósmica ou da sublimação do tempo, que não de um patriotismo culturalógico como o proposto em certo sentimentalismo hermenêutico das últimas páginas desta obra.

Obra sem uma estrutura coerente, que divaga sem introdução nem conclusão por vários temas, desde o pensamento à poesia e aos itinerários esotéricos e espirituais, religiosos e míticos, numa floresta de alusões sem poder de veicular uma real compreensão da experiência a que o poeta faz apelo. Obra que se pode considerar precipitada, sem condições culturais e informativas nem filosófico-meditativas capazes de um acesso interior à poesia de Fernando Pessoa. Obra que, como ensaio, poderia dispensar uma certa presença de citações que mais fazem sentir a complementar pobreza de muitos outros aspectos que então deveriam ser referidos. E obra ainda que, como exercício literário, é mais reveladora de um plano de referência psicológico-emocional do que de uma compreensão que permita, ainda que incoativa, alguma possibilidade de acesso à dimensão esotérica da poesia de Fernando Pessoa.

Carlos Henrique do Carmo Silva

ADOLFO CASALS MONTEIRO, A Poesia Portuguesa Contemporânea, Lisboa, col. "Descobrir Portugal", Sá da Costa Editora, 1977, 336 pp.

"Resumir, reler, rever, possivelmente reescrever escritos dispersos, procurar o lugar próprio de cada um no livro ainda em hipótese, pode permitir dar-se conta do sentido que tenha conservado - ou ganho - o produto de uma actividade de algumas dezenas de anos" (p.1. São estas as primeiras palavras de apresentação, escritas em 1971, de um livro que só seria publicado, postumamente, em 1977).

A poesia portuguesa contemporânea reúne ensaios e notas críticas escritos para públicos diversos e em circunstâncias diferentes, entre 1928 (Fonte Branca de Fausto José) e 1971 (O sentimento de um ocidental de Cesário Verde). O desequilíbrio apriorístico do conjunto resulta, com efeito, premeditado: "Não há dúvida que alguma das notas críticas, e mesmo alguns artigos, me parecem hoje deficientes a um outro título. Mas substituí-los iria contra a ideia, já acima insinuada, de pretender que este livro seja testemunho do que foi a minha crítica durante mais de quarenta anos, e não uma síntese actualizada do que hoje penso - embora suponha que a minha ideia de poesia não difere no principal da que antes supõem do que dizem certos escritos ingenuos, como seja a crítica a Fonte Branca de Fausto José, que é de 1928, e se conserva por ser a minha quase estreia como crítico de poesia" (p.2). Neste momento, esta visão evolutiva é, infelizmente, ainda mais importante.

Cinco grandes títulos agrupam os ensaios e as notas críticas: primeiros modernos, a transição, "Orpheu", depois de "Orpheu", a "Presença" e depois. Como em A Poesia Portuguesa Contemporânea se reúnem escritos dispersos elaborados com fins diversos, as lacunas são, como é natural, várias. Mas o próprio Autor chama a atenção

do leitor para o facto: "Organizado este livro, verifiquei ser tarde para tentar completá-lo naquilo em que me parece falho - e é, sobretudo, não me ter ocupado de alguns poetas muito da minha estima, ou de me ter ocupado deles sem o desenvolvimento que, aqui, pode parecer menos justiça, não obstante as referências mesmo pag sageiras não deixarem dúvidas, creio, sobre o apreço em que os tenho. Limite-me a registar que o lamento, e que não me agrada, sobretudo, haver neste livro apenas uma breve e deficiente nota sobre José Gomes Ferreira, e nenhum artigo nem nota sobre a poesia de António Navarre, de Sofia Andersen - nem de António Ramos Rosa, embora, há muitos anos, tenha sido o primeiro a apresentá-lo aos leitores brasileiros; me pesa ainda nunca ter escrito sobre o talvez mais importante livro de poesia de Régio, nem ter voltado a escrever sobre a poesia de Jorge de Sena (e alguns outros, aliás), depois de 1955" (pp.2-3).

O valor das palavras críticas de Adolfo Casais Monteiro é variável e muitas têm a marca da época ou das circunstâncias específicas da vida do Autor ou do seu meio político e social. Perpassa, porém, em todas as páginas o valor do homem que conhecia a poesia e os poetas da sua terra e que, para além disso, queria bater-se por esses valores. Um combate raramente fácil e que, por razões de todos conhecidas, teve de prosseguir no estrangeiro.

É extenso e variado o itinerário poético proposto pelo Autor: de Cesário Verde, António Nobre e Eugénio de Castro ("Os Precursores", pp.7-14) até Cristovam Pavia (pp.313-316) e Carlos Maria de Araújo (pp.317-320), de Junqueira (pp.41-44) e Pascoas (pp.79-85) a Jorge de Sena (pp.267-280), Tomás Kim (pp.281-285), Ruy Cinatti (pp.287-291), Alexandre O'Neil (pp.297-301), de Régio (pp. 189-214) a Torga (pp.235-238), do "Orpheu" (pp.97-143) à "Presença". Salientem-se, entre outras páginas notáveis, as dedicadas ao "desconhecido" Carlos Queirós (como são lamentavelmente actuais as palavras de Adolfo Casais Monteiro: "Se há em Portugal uma excessiva abundância de livros de péssimos versos sem nenhuma poesia, sucede em compensação(...) o estranho fenómeno de alguns dos mais significativos poetas de hoje permanecerem inéditos e só conhecidos daqueles que uma vigilante atenção leva a seguir em revistas (mais ou menos impopulares) o rumo dos seus poetas queridos", p.215) e ao "maldito" António Botto ("... Eu bem sei que nem todos podem elevar-se acima daquela covardia que lhes proíbe esquecer a "anormalidade de António Botto - e toda a sua poesia é de amor, vitorioso ou traído...Leiam esses escabichadores de sações A Vida Qua Te Dei: não vêem um grande poeta? Pois então também não vale a pena que percam tempo com fraquezas e deslizes" pp.177-178).

Dois ensaios em Apêndice (pp. 323-336) completam esta obra: "Acerca dum inquérito" e "Poetas ou traidores?". Este último é uma resposta a Fausto Cunha que nega o carácter social da poesia portuguesa. "Acerca de um inquérito" sintetiza algumas considerações acerca dos resultados de um inquérito, com vinte e uma respostas, publicado em "Meio século XX de literatura portuguesa, incluído no volume Capricórnio organizado, em 1953, por José-Augusto França. Nestas notas - em que o A. ensaia uma

técnica que só não é sociológica por ser demasiado pessoal -, Adolfo Casais Monteiro comenta os resultados e, ao fazê-lo, estabelece uma hierarquia crítica de poetas que, tem, pelo menos, o interesse de nos dar a conhecer a sua fundamentada opinião.

A Livraria Sá da Costa Editora prossegue, com a publicação de A Poesia Portuguesa Contemporânea de Adolfo Casais Monteiro, a sua missão de instrumento divulgador, e garante, de cultura. A leitura da colectânea em epígrafe, colectânea de "ensaios e notas críticas", é sempre aconselhável a todos aqueles que se interessam pela poesia portuguesa. E Adolfo Casais Monteiro não só a conhecia profundamente como a sentia. Ele também é um dos poetas portugueses contemporâneos.

Victor João Vieira Jabouille

LILIAN R. FURST e PETER N. SKRINE, O Naturalismo, trad. de João Pinguelo, Lisboa, Lysia, 1975

A obra em questão surge integrada no conjunto de estudos, de índole monográfica, compilados sob o título de série "A Linguagem Crítica", editada por John D. Dump, da Universidade de Manchester. No prefácio à edição inglesa, o editor resume a finalidade da série à possibilidade de facultar ao leitor o contacto com os conceitos fundamentais do nosso vocabulário crítico. Trata-se, pois, de obras de divulgação, de carácter didáctico e informativo, adaptadas e destinadas ao interesse e necessidades dos estudantes e de todos quantos se interessem por questões de cariz literário.

No caso presente, estamos perante uma monografia que se destina a traçar as traves mestras de um movimento literário que nos habituámos a conhecer desde os bancos do liceu, quanto mais não seja pelas incidências que teve em alguns dos nossos melhores escritores: o naturalismo.

A obra está dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro dedicado às acepções e história do termo "Naturalismo" e às suas relações com o "Realismo", o segundo aos factores de configuração que se resumem aos efeitos da industrialização, ao impacto das ciências e ao método científico, o terceiro versa sobre os grupos e teorias na França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, o quarto incide sobre as obras de criação de carácter mais representativo: o romance e o drama e o último consiste numa série de conclusões de carácter pessoal, extraídas pelos autores. Encerram a obra uma bibliografia e um índice onomástico.

Como esboço simples e directo que pretende ser, é obra de leitura amena, sem ressaibos de pretensa erudição, pois não é dirigida a especialistas. Esse facto

não pressupõe, todavia, falta de rigor ou de espírito científico. Pelo contrário, podemos dizer que, por exemplo, no capítulo reservado às obras de criação, os autores se preocuparam em dar uma panorâmica tão completa quanto possível do assunto, sendo de referir, em particular, o facto de terem introduzido na lista não só obras de autores consagrados, de genial invenção, mas inclusivamente de interesse secundário, produto, algumas delas, de autores completamente esquecidos nos nossos dias. E é precisamente tendo em conta este facto que, a nosso ver, e de forma só aparentemente paradoxal, a obra se encontra limitada, digamos mesmo mutilada. É que apesar de (mal) habituados a que a nossa tradição cultural seja menosprezada no estrangeiro, é sempre com um sentimento de pesar que assistimos, por parte de estudiosos responsáveis, a uma atitude de sectarismo mental que os leva a ignorar os nossos valores culturais mais candentes. Gostaríamos de encontrar entre a longa lista de autores nem todos eles consagrados, como já refrimos, nomes como os de Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós ocupando o lugar de destaque que com toda a justiça lhes é devido.

Na tradução, feita com critério, há, todavia, a assinalar algumas deficiências quando se trata de excertos de obras de autores franceses: por exemplo, na página 63, a frase "L'amant donnait de son sang, l'amante de ses nerfs", é traduzida do seguinte modo: "O amante dava do seu sangue o que a amante dava dos seus nervos". De notar também, a par de gralhas tipográficas, a forma errónea "Carfbides" em vez de "Carfbdis".

O equacionamento em bases claras e precisas do tema que se propõe estudar, levam-nos a considerar a obra como documento que reputamos de interesse na tarefa de perspectivar, em alicerces sólidos, um dos movimentos mais controversos no panorama da história literária mundial.

Marília Pulquério Futre

Por absoluta falta de espaço não é possível publicar neste número todo o material que tínhamos composto. Do facto pedimos desculpa aos nossos colaboradores Carlos Henrique do Carmo Silva, Marília Pulquério Futre e Vítor João Vieira Jabouille bem como às seguintes Editoras: Lello & Irmão, Europa-América, Sá da Costa, Almeida, Lysia e Editorial Inova.

Feram ainda recebidas na nossa Redacção as seguintes obras, às quais será oportunamente feita referência:

Iniciação ao Latim, vol.I, de Carlos Alberto Louro da Fonseca, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1978

Perennis Lingua de Clemente de Oliveira, O.P., Braga, edição do Autor

História Concisa de Portugal de José Hermans Saraiva, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978

Pequenos Burgueses de Carlos de Oliveira, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1978

O Espaço Autobiográfico em Miguel Torga de Clara Crabbé Rocha, Coimbra, Livraria Almedina, 1977